

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – SCHLA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

ROBERTO JARDIM DA SILVA

UMA ANÁLISE DE RESISTÊNCIA: A FORMAÇÃO INTELECTUAL
NEGRA BRASILEIRA

CURITIBA
2015

ROBERTO JARDIM DA SILVA

**UMA ANÁLISE DE RESISTÊNCIA: A FORMAÇÃO INTELECTUAL
NEGRA BRASILEIRA**

Monografia de especialização
apresentada ao Departamento de
Educação, setor de Educação.
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Doutorando Luís Thiago
Dantas.

**CURITIBA
2015**

RESUMO

A integração das pessoas negras na sociedade brasileira, especificamente no sistema de ensino superior e pós-graduação é algo que não aconteceu de fato. A presença de estudantes negros e negras nas universidades é algo bem recente, mas isso graças às ações afirmativas, conquistadas pelo movimento negro e implantadas a partir de 2003. Antes desta data, um número ainda menor de pessoas negras acessou o ensino superior, chegando fazer mestrado e doutorado e a estudarem fora do Brasil. Assim, dado que tais intelectuais compõem o quadro dos/as poucos/as pessoas negras que acessaram a graduação e a pós graduação, eles e elas despertaram nosso interesse em estudar sua trajetória e tornaram-se nosso objeto de pesquisa. Decidimos por analisar a trajetória de dois intelectuais negros: Maria de Lourdes Siqueira e Luiz Alberto Gonçalves. O fato de não haver ainda estudos sobre trajetória de intelectuais negros e negras no Brasil, nos fez ter como única base de informações a Plataforma Lattes da CNPQ e alguns outros sites que traziam informações mais genéricas. Após realizar a análise, constatamos que tais intelectuais trabalharam a temática das relações étnico-raciais no doutorado e tornaram-se referências nos estudos de relações étnico-raciais bem como, na militância do movimento negro ou em movimentos culturais de valorização da história e cultura da população negra no Brasil.

Palavras-chave: trajetória acadêmica. Intelectuais negros e negras. Racismo

RÉSUMÉ

L'intégration des personnes noires dans la société brésilienne, spécifiquement dans le système d'enseignement supérieur, bien que le master et le doctorat c'est quelque chose qui n'a pas été effectué effectivement. La présence des étudiants noirs et noires dans les universités c'est quelque chose de bien récente, mais ça, grâce aux actions affirmatives, conquises par le mouvement noir et mise en place à partir de 2003. Avant cette date là, un nombre encore petit de gens noirs ont accédé à l'enseignement supérieur, arrivant même à faire le master et le doctorat, bien que des études hors du Brésil. Donc, étant donné que tels intellectuels composent le cadre des peu de personnes noires qui ont accédé à la licence, master et le doctorat, eux et elles ont attiré notre attention et ont causé notre intérêt en étudiant leurs trajectoires en devenant notre sujet de recherche. Nous avons décidé d'analyser la trajectoire de deux intellectuels noirs: Maria de Lourdes et Luiz Alberto Siqueira Gonçalves. Le fait qu'il existe encore des études de trajectoire hommes et femmes noirs intellectuels au Brésil, il a fait de nous comme l'unique base de la plate-forme d'informations Lattes du CNPq et certains autres sites qui ont apporté des informations plus générales. Après la réalisation de l'analyse, on a constaté que tels intellectuels ont développé la thématique des relations ethno-raciales dans le doctorat et on est devenu des références dans les études de relations ethno-raciales, bien que dans l'activisme dans le mouvement noir ou en des mouvements culturels de valorisation de l'histoire et culture de la population noire du Brésil.

Mots-clé: trajectoire académique. Intellectuels noirs. Racisme.

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| INTRODUÇÃO | 6 |
| 1 A CONSTRUÇÃO TEÓRICA SOBRE O RACISMO INSTITUCIONAL E COMO TAL IMPEDE A MANUTENÇÃO DAS PESSOAS NEGRAS NA UNIVERSIDADE.. | 8 |
| 1.1 O CAMPO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E SUAS TRANSFORMAÇÕES. | 8 |
| 1.2 ALGUNS CONCEITOS BÁSICOS DO CAMPO DE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS | 11 |
| 1.3 O PROCESSO DE RACIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS NO BRASIL .. | 15 |
| | |
| 2 AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS E A PRESENÇA DAS PESSOAS NEGRAS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS | 21 |
| 2.1 PERCEBER-SE NEGRA/O NO ESPAÇO ESCOLAR E ACADÊMICO..... | 21 |
| 2.2 A NÃO INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS NEGRAS SOCIEDADE BRASILEIRA.. | 22 |
| 2.3 A LEI 10639/03, UMA CONQUISTA DO MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO.. | 23 |
| 2.4 DESCONSTRUINDO A IDEOLOGIA DA INCAPACIDADE DAS PESSOAS NEGRAS..... | 27 |
| | |
| 3 NÚCLEOS DE RESISTÊNCIAS: A POSIÇÃO DE INTELLECTUAIS NEGROS E NEGRAS NA ACADEMIA BRASILEIRA..... | 30 |
| 3.1 BRASILEIRAS E BRASILEIROS E O DOUTORADO NA FRANÇA..... | 30 |
| 3.2 INTELLECTUAIS NEGRAS E NEGROS E SUA FORMAÇÃO DOUTORAL..... | 31 |
| 3.3 CONSTATAÇÕES A PARTIR DA ANÁLISE | 33 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 36 |
| REFERÊNCIAS | 37 |

INTRODUÇÃO

A forma como o Brasil organizou o acesso ao ensino superior durante século XX fez com que o acesso de estudantes negros e negras às universidades brasileiras não acontecesse de fato. Tal acesso, em quantidade ainda bem pequena, é uma realidade bem recente, que se tornou possível com a conquista das ações afirmativas (cotas raciais) pelo movimento negro em 2003. Se a presença de estudantes negros e negras nas universidades brasileiras é algo recente e de certa forma, ainda restrito, sua presença na pós-graduação é algo ainda mais restrito, sobretudo com relação ao acesso à experiência acadêmica internacional.

Mas apesar de todas essas barreiras construídas durante o século XX pelo sistema de ensino brasileiro, alguns estudantes negros conseguiram acessar o ensino superior, bem como a pós-graduação a nível nacional e internacional. Dessa forma, esse conjunto de pesquisadores/as faz parte de um grupo, pequeno, mas persistente de intelectuais, que merece um estudo sistematizado sobre suas trajetórias na pós-graduação e o lugar que conseguiram ocupar no mundo acadêmico brasileiro ou estrangeiro, após sua formação.

O objetivo deste trabalho de pesquisa é estabelecer uma análise acerca da trajetória de um intelectual e uma intelectual negra brasileiras/os que apesar das barreiras existentes para pessoas negras de acesso ao ensino superior, acessaram a graduação e a pós-graduação, no Brasil e no exterior. Foram escolhidas especificamente para análise, a trajetória de Maria de Lourdes Siqueira e Luiz Alberto Gonçalves.

Decidimos estudar a trajetória desses/as intelectuais por dois motivos: 1º) Porque trata-se de uma realidade que não estudada; normalmente se estuda a trajetória de intelectuais pobres e não, de intelectuais negros. 2º) Assim, poderei contribuir para dar visibilidade a tal realidade da população brasileira, pois a associação entre pessoas negras e intelectualidade é algo que ainda está longe de acontecer no Brasil de forma efetiva. Para realizar a pesquisa serão reunidas as informações sobre os intelectuais negros na plataforma de informações do CNPQ, na base de dados do *Catalogue de thèses françaises sur le Brésil* do *Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain* (CRBC) da *École des Hautes Études de Sciences Sociales* (EHESS).

Este trabalho está organizado da seguinte forma. No primeiro capítulo, intitulado: “*A construção teórica sobre o racismo institucional e como tal impede a manutenção das pessoas negras na universidade*”, é apresentado o campo das relações étnico-raciais e suas transformações, bem como, alguns conceitos básicos deste campo e é explicitado como se dá o processo de racialização das relações raciais no Brasil. No segundo capítulo, intitulado: “*As políticas afirmativas e a presença das pessoas negras nas universidades brasileiras*”, tratamos da não integração das pessoas negras na sociedade brasileiras e da conquista das ações afirmativas, realizada pelo movimento negro. No terceiro capítulo, intitulado: “*Núcleos de resistências: a posição de intelectuais negros e negras na academia brasileira*”, analisamos a trajetória intelectual de Maria de Lourdes Siqueira e Luiz Alberto Gonçalves, intelectuais que construíram sua carreira acadêmica, mesmo antes da efetivação das ações afirmativas no Brasil.

1 A CONSTRUÇÃO TEÓRICA SOBRE O RACISMO INSTITUCIONAL E COMO TAL IMPEDE A MANUTENÇÃO DAS PESSOAS NEGRAS NA UNIVERSIDADE

Para discutir questão da ausência, historicamente comprovada, de pessoas negras nas universidades é necessário falar do racismo e do impacto que ele tem na sociedade brasileira. Assim, uma das coisas que se deve apreender primeiramente, é o fato de que as instituições brasileiras foram fundadas sobre preceitos racistas. E tal racismo é fruto da estrutura social que o Brasil herdou do período colonial escravista. Dessa forma, ao passar pelo processo de socialização, ou seja, ao aprender a viver na sociedade brasileira, todos os brasileiros e todas as brasileiras, aprendem, na escola, na igreja, no trabalho, na família e nas demais instituições brasileiras, a visão de mundo (ou comportamento) que é o racismo.

Vale ainda lembrar que todas as discussões feitas na academia, que tratam de pessoas negras na sociedade brasileira, da sua subjetividade, identidade, direitos, afetividade e da sua educação, fazem parte do campo de estudos chamado relações raciais ou étnico-raciais. Assim, ao iniciar uma discussão ou uma pesquisa acadêmica sobre relações étnico-raciais, o esforço de conhecer este campo de estudos viabiliza o fato de situar a discussão feita.

1.1 O CAMPO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E SUAS TRANSFORMAÇÕES

O campo das relações raciais no Brasil nasceu entre o fim do século XIX e começo do século XX, ligado às discussões acerca da nação¹ brasileira e da constituição de sua sociedade, com a presença das pessoas negras. Nos séculos XIX e XX, a elite intelectual brasileira inspirou-se nas teorias raciais adotadas elaboradas na Europa para explicar a situação racial do país e pensar quais caminhos eram possíveis para a construção de uma identidade nacional, que perpassasse a questão da diversidade racial.

¹ A nação, bem como o nacionalismo, são visões de mundo e sentimentos que foram forjados nos séculos XIX e XX. Para Benedict Anderson (2008) a nação é uma comunidade imaginada, uma vez que não conseguiremos conhecer todos seus membros, apesar de no “nosso” imaginário vivermos em comunhão. Tal sentimento é, segundo ele, criado socialmente. Para Hobsbawm (1990) os conceitos de nação e de nacionalidade, passaram por transformações, principalmente em seu conceito moderno. Para ele a nação não vem antes do Estado e do nacionalismo; dito de outra forma, estes é que geram a nação. Assim, a questão nacional está ligada aos estágios econômicos e tecnológicos. Para Hobsbawm o governo é que está diretamente ligado ao conceito de nação, uma vez que é ele que cria formas burocráticas, sendo uma máquina administrativa que envolve os cidadãos, criando uma religião cívica e a lealdade ao Estado.

Segundo Munanga (2004), a questão da formação de uma identidade nacional tinha uma característica singular e preocupante no Brasil, uma vez que a sociedade brasileira era formada, não só por brancos descendentes de europeus, mas, depois da abolição da escravização, era formada também de cidadãos e cidadã negras e negros, ex- escravizadas/as. Assim, a questão era como integrar ao projeto de nação, tais pessoas que, antes eram consideradas apenas como propriedade, força de trabalho, e que não correspondiam com o modelo de cidadão que as elites brasileiras almejavam, uma vez que, a construção da nação se expressava na escolha ou construção de um corpo social brasileiro branco. Isso porque mesmo após o fim da escravização, as elites brasileiras continuavam a operar com essa mesma lógica, que considerava as pessoas negras como inferiores e as pessoas mestiças como degeneradas.

Há diferentes formas de dividir as fases pelas quais os estudos feitos acerca das relações étnico-raciais no Brasil se desenvolveram. Buscamos seguir, em parte, a divisão feita por Paixão (2014) sobre estes estudos. O primeiro momento desses estudos trata da discussão que Silvio Romero e Nina Rodrigues fizeram acerca dos possíveis efeitos da miscigenação. Rodrigues (1899) acreditava, de forma pessimista, que a miscigenação, era fator de degeneração da sociedade brasileira. Para ele, poderia ser não só de caráter físico, mas também moral, de forma que as características das “raças” não se fundiam, gerando a um indivíduo mediano. Para Nina Rodrigues as pessoas negras eram indesejável para a construção do corpo da nação brasileira, mas a miscigenação era algo bem mais indesejável.

Silvio Romero, por outro lado, acreditava que a miscigenação geraria um tipo genuinamente brasileiro, adaptado aos trópicos, do ponto de vista biológico e cultural. Nina Rodrigues e Silvio Romero fazem parte de uma geração de pensadores que colocaram a questão da miscigenação e do branqueamento, a pensar a constituição da sociedade brasileira (PAIXÃO, 2014).

O segundo momento dos estudos de relações étnico-raciais no Brasil foi marcado pelos estudos culturais, representados principalmente por Gilberto Freire e Arthur Ramos, que embora pensassem de forma diferente, viam a questão étnico-racial como secundária, sendo mais importante pensar os elementos socioculturais, no que tocam a construção da nação brasileira. Ambos buscavam ressaltar o caráter harmonioso entre as diferentes etnias na sociedade brasileira, embora esta fosse bem hierarquizada etnicamente, estando descendentes de portugueses e demais

européus, no todo desta hierarquia. Fica implícita, neste pensamento, uma suposta “democracia racial” neste pensamento.

No terceiro momento dos estudos das relações étnico raciais, a ideia de “democracia racial” é colocada em cheque. Nesse período, Florestan Fernandes iniciou estudos sobre o contato interétnico no Brasil. Junto com outros autores, como Roger Bastide, Octávio Ianni e Fernando Henrique, passa a analisar, numa perspectiva estrutural-funcionalista, as relações étnico-raciais no Brasil de uma forma menos otimista. Assim, a “democracia racial” passa a ser concebida como o “Mito da democracia racial”, pois a partir de então, passa-se a afirmar que as relações raciais no Brasil são pautadas por tensões, que resultam no tratamento diferente conferido às pessoas, no que toca o cumprimento de seus direitos ou à igualdade de oportunidades, conforme o fato de serem brancas ou negras.

Conforme Fernandes (1980), no Brasil, após a abolição e a revolução a da população negra, composta por pessoas “libertadas” fora deixada à própria sorte. Com isso, a concepção de “democracia racial” naquele contexto, foi forjada no intuito de desresponsabilizar a classe dominante da situação de extrema desigualdade entre pessoas brancas e negras e da hierarquização racial. Esses estudos foram os primeiros a pensar a questão racial e classe social no Brasil, como coisas diferentes, e que, a partir da análise de dados socioeconômico brasileiros, conseguiram colocar em evidência a enorme desigualdade de oportunidades entre pessoas negras e brancas, bem como o racismo (Marçal, 2012).

Embora Fernandes (1964), tenha ressaltado o preconceito racial presente na estrutura social brasileira e contribuído para a desmistificação da ideia de “democracia racial”, ele acaba por apresentar a não integração das pessoas negras ao mercado de trabalho na sociedade capitalista como uma herança do período da escravização, colocando as pessoas negras como despreparadas para o trabalho livre, pois, segundo ele, este exigia autodisciplina e responsabilidade, atributos que, segundo o autor, o negro escravizado não possuía. Dessa forma, ele transfere em certa medida, a responsabilidade da não integração social ao próprio negro.

Os anos 1990, porém, podem-se caracterizar como o período em que há o aparecimento das análises econométricas das desigualdades, período em que houve uma multiplicação dos trabalhos sobre relações étnico-raciais, nos quais se pode destacar Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva (PAIXÃO, 2014).

É impossível fazer a discussão acerca das relações étnico raciais sem conhecer alguns conceitos chaves usados por autores e autoras que teorizam este campo. Conforme esta área de estudos foi se desenvolvendo, foram sendo elaborados conceitos que viabilizariam seus estudos e discussões.

1.2 ALGUNS CONCEITOS BÁSICOS DO CAMPO DE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Dentre os conceitos elaborados para os estudos de relações étnico raciais, foram elaborados ou redefinidos conceitos como raça, racismo, racialização, etnia, democracia racial, conceitos que permeiam as discussões das relações raciais. O conceito de gênero, embora mais recente nas discussões de relações étnico-raciais, acaba sendo importante também, uma vez que o feminismo negro ganha importância também nas discussões e produções acadêmicas deste campo.

Raça

Raça é uma palavra de origem latina, que era usada inicialmente para designar grupos de animais da mesma espécie, mas com aspectos distintos (BUENO, 1967). A partir do século XVI essa palavra passou a ser usada na França e na Itália e, seguidamente, em outros países europeus para designar grupos humanos. A partir de então, os grupamentos humanos passaram a ser classificados em função de diferenças físicas.

As raças passaram a ser classificadas no século XVIII e XIX classificadas em: brancos (europeus); amarelos (asiáticos); vermelhos (americanos e australianos); e negros (africanos). Tal tipo de classificação perdeu força no meio científico e a raça passa a ser entendida como uma construção social. Tal conceito passou a ser, então, recusado pela Biologia e as Ciências Sociais tomaram o racismo como objeto de estudo. Seguindo essa perspectiva, raça passou a ser um conceito que não existe enquanto diferenciador de seres humanos, sendo todos e todas pertencentes à raça humana. (GUIMARÃES, 2002, p.53)

Racismo

O racismo é um conjunto de mecanismos que visam colocar uma “raça” (ou grupos de etnias com traços semelhantes) como superior e outras como inferiores. No século XVII, e, sobretudo no século XVIII, as teorias racistas ganharam importância para explicar diversos fenômenos sociais e justificar novas desigualdades (WIEVIORKA, 1992). O racismo, por exemplo, esteve na base do holocausto judeu durante a Segunda Guerra Mundial. A comunidade científica em sua maioria passou a não mais considerar as teorias racistas, mas essas concepções de raça e racismo continuaram presentes nas práticas que usam as tais noções de raça para inferiorizar ou privilegiar pessoas. Pesquisadores como, Du Bois (2000), nos EUA; Coetzee (1999), na África; e Fernandes (1964), no Brasil, continuaram a desenvolver pesquisas a fim de compreender o racismo.

Racialização

A racialização consiste no ato de inferiorizar grupos segundo suas características físicas, culturais ou sua origem. Em diferentes lugares no mundo, determinados grupos sociais foram e são vítimas da racialização. Na América Latina e no Brasil os negros e índios são os grupos humanos que sofrem com a racialização.

Etnia

O termo étnico no Brasil refere-se a grupo social que tem traços culturais e origem em comum. Tal termo é muito usado nas ciências, em particular na antropologia, e também no discurso público. Etnia é comumente aplicado a povos indígenas, ou a grupos de descendentes de povos de origem comum (etnia alemã, etnia italiana, aos “sicilianos” ou “toscanos”).

No que se refere à população afro-brasileira, pode-se verificar que o termo etnia costuma não ser aplicado para designá-la de modo tão constante quanto como em outros grupos sociais. Acredita-se que isso se deve ao fato de não ser possível identificar as diferentes etnias entre as pessoas negras do Brasil e também ao fato da racialização sofrida por elas, tendo a palavra raça que remete a racismo, um significado simbólico considerável e político.

No Brasil tem havido uma tendência de juntar os termos raça e etnia para designar os afro-brasileiros. Assim, os termos étnico-racial ou etnoracial correspondem mais aos estudos acerca da população negra brasileira, uma vez que faz referências às diversas etnias que compõem as pessoas negras da diáspora e politicamente, faz com que não se esqueça que nesses estudos existem uma chamada de atenção para o fato de que no Brasil o racismo existe nas instituições sociais e no cotidiano, sendo necessária uma evolução da sociedade brasileira, no sentido de refletir sobre este problema e resolvê-lo.

Branqueamento

Na constituição do seu projeto de nação o Brasil seguiu a perspectiva da mestiçagem, buscando branquear a população, na perspectiva da democracia racial. Tal proposta, disseminada nos anos 1930 foi enraizada teoricamente no pensamento social brasileiro e um dos intelectuais que divulgou essa ideia, de forma bem efetiva, foi de Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala* (1933) – segundo ele, todas as raças viviam em harmonia desde o período escravocrata e colonial – além de que a ideia de democracia racial fora também construída como mecanismo usado pra silenciar toda e qualquer discussão racial no Brasil, através da falaciosa ideia de que o problema racial no Brasil era algo que já estava resolvido no começo do século.

O branqueamento teve a interface fenotípica (ou biológica) e cultural. Fenotípica pelos casamentos inter-raciais em que todos buscassem escolher um marido ou esposa brancos/as, para terem filhos mais claros e cultural, no sentido de minimizar os fenótipos negros e adotar hábitos – e comportamentos – europeus brancos, bem como uma educação higienizadora, que visava “catequisar” a população, moldando o cidadão brasileiro a partir de um ethos eurocêntrico. O fato de apresentadores dos telejornais serem majoritariamente brancos e apresentarem os programas de terno e gravata, no Rio de Janeiro, um Estado bem quente e que tem uma população negra bem expressiva, é uma das evidências desse branqueamento eurocentrizado no processo de construção da nação brasileira.

Os outros países da América do Sul, ao construírem seu projeto de nação, buscaram, bem como o Brasil, inspirar-se num modelo de nação europeu, tendo o povo branco como referencial. Assim, o branqueamento foi também, uma política

empregada nestes países, mas o mito da democracia racial foi uma das características específicas do projeto de nação brasileira.

Democracia racial

O conceito de democracia racial começa se desenvolver nos anos 1930. As ideias de harmonia entre os grupos raciais começam a ser difundidas na obra de Gilberto Freire, *Casa Grande e Senzala*. A expressão foi usada pela primeira vez em 1944, pelo sociólogo Roger Bastide, ao relatar em artigo de jornal, uma entrevista feita com Gilberto Freyre – a concepção de que o Brasil era um país sem barreiras que impediam a ascensão social firmou-se internamente.

O país esforçou-se para divulgar esta imagem no exterior, o ideário de que no Brasil as relações raciais eram cordiais, e que não existiam demarcações sociais baseadas em critérios de raça. Tal ideário foi, após a década de 1930, absorvido rapidamente na sociedade brasileira, e passou a ter uma ampla aceitação social, até mesmo entre os integrantes do movimento negro na época.

A democracia racial começou a ser criticada nos anos 1950 com as pesquisas patrocinadas pela Unesco no Brasil, sobretudo pelos sociólogos Florestan Fernandes e Roger Bastide. No entanto, esse ideário de democracia racial prevaleceu no país, pelo menos, entre 1930 e 1970 (GUIMARÃES, 2002). Os argumentos sobre a democracia racial deixaram, gradativamente, de ter aceitação acadêmica, mas continuaram utilizados em discursos sobre o Brasil, particularmente como argumento contrário a afirmações de direitos das pessoas negras.

Classe social

A classe social é um conceito sociológico que foi definido por Karl Marx a partir do processo produtivo, sendo uma das definições, a posição que a pessoa ocupa no processo de produção. Esse conceito ganhou diferentes desdobramentos em sua definição, mas não perdeu sua essência, como sendo algo que define o lugar social que as pessoas têm na sociedade, a partir da quantidade de bens que elas possuem.

Este conceito é importante nos estudos de relações étnico-racial uma vez que a classe social é muitas vezes usada por aqueles que defendem que as

diferenças sociais entre a população brasileira têm caráter apenas social e não passa pelo crivo racial, inviabilizando a discussão étnico-racial. A explicação da desigualdade racial pela desigualdade de classe social alcançou grande difusão no Brasil, não só no discurso acadêmico, mas particularmente no discurso cotidiano.

Gênero

As discussões feitas no feminismo acadêmico, bem como no feminismo militante têm o conceito de gênero como importante em suas discussões e ações. Enquanto ao falar de sexo, fala-se da constituição biológica do masculino e do feminino, da transexual, hermafrodita e outras constituições físicas, o gênero tem um caráter mais performático e trata da forma como alguém se coloca no mundo e como quer ser vista ou visto pelas outras pessoas, no que toca sua afetividade, seu desejo (BUTLER, 2003). É um conceito que também ganhou importância nos estudos de relações étnico-raciais.

Quando se fala da mulher, se remete à mulher branca. Quando se fala do negro, remete-se ao homem negro. Assim, a mulher negra não é contemplada nesta discussão. É por isso que, no decorrer dos estudos de gênero e da militância, as mulheres negras, não se sentindo contempladas pelo feminismo e pelos estudos de gênero, bem como pelo movimento negro e pelos estudos étnico-raciais, dadas as categorias universais, a mulher, o negro, criaram o movimento da mulher negra, buscando pensar a condição da mulher negra na sociedade, bem como, lutar pelos seus direitos (CARNEIRO, 2001).

1.3 O PROCESSO DE RACIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS NO BRASIL

Escravidão e a construção social do racismo no Brasil

Diferente da forma como foi elaborada a escravização na história da humanidade, a escravização na América foi uma instituição que ganhou uma nova configuração. Enquanto a escravização caracterizava-se pela falta de liberdade do escravizado, sendo este pertencente ao grupo que perdia a guerra realizada entre diferentes povos, a escravização na América foi praticada com povos oriundos do continente Africano e caracterizou-se pela construção da ideia de não humanidade do

escravizado (FOÉ, 2013). Isso foi associado às etnias deste continente que tinham e tem em comum como traço característico, a cor da pele, dita negra. Assim, o escravizado tornava-se coisa. Essa característica da escravização continuou a ser reproduzida após a abolição.

O senhor, no sistema escravista, era o proprietário, o detentor das riquezas. Com o fim da escravização, no sistema capitalista, ele torna-se o membro da classe média e alta e continuou a ser da elite que dominava a sociedade e trazia consigo também a crença de que esse lugar era seu por merecimento. Essa classe dominante traz uma característica interessante que é o fato de não somente deter o poder econômico e político, mas também, o fato de acreditar que é superior à classe pobre que normalmente é mestiça ou negra em sua maioria. Uma vez que eles eram da elite, tinham o poder político para criar leis que garantissem e protegessem a propriedade privada, bem como sua manutenção. Assim, traços do sistema escravista, que organizara a vida social no período da escravização foram transplantados para a vida econômica capitalista do continente americano, garantindo o status da elite, branca e detentora do capital e do poder político.

A escravização é uma instituição que existe na humanidade desde muito tempo. O estudo da história nos mostra que ela existiu em civilizações que foram hegemônicas durante algum período da história como a Grécia, Roma, o Egito, o Império persa. O/a escravizado/a era na maioria das vezes, prisioneiro/a de guerra - povos dominados, que perdiam o seu status de cidadão, sem no entanto, perder o status de seres humanos. Alguns eram professores, outros pensadores, mas estavam apenas na condição de alguém que perdeu a pátria na guerra. Na escravização moderna, dos séculos XVI ao XIX, na qual grandes contingentes de povos de diferentes etnias foram trazidos da África para a América e alguns pra a Europa, a escravização foi diferente. Esses povos escravizados não eram prisioneiros de guerra, mas eram vendidos para portugueses, espanhóis e outros traficantes de escravizados europeus que os traziam para o trabalho braçal na América.

No primeiro caso se estava na condição de escravizado, sem perda da humanidade – era a condição social da pessoa. No segundo caso, o escravizado não estava apenas na condição social de inferioridade, mas sua condição caracterizava-se pela ausência de humanidade e de contribuição na história universal - a perda da iniciativa histórica (FOÉ, 2013). Houve toda uma construção

intelectual, filosófica e teológica em que a ciência e a Igreja foram os atores, para tornar a pessoa negra sinônimo de escrava. Assim, ela perdeu seu estatuto ontológico (ser pleno de suas condições humanas) e epistemológico (condição de contribuir para a produção científica, tecnológica e cultural no mundo) nessa empreitada ocidental.

Daí a diferença de **escravizado** e **escravo**; No primeiro caso quer dizer uma condição social que se adquiriu ao longo da vida e no segundo, algo que está implícito na pessoa. Isso é fruto dos mecanismos elaborados teoricamente e usados para justificar a escravização moral e psicologicamente, sendo as condições para se escravizar o corpo e a alma de uma pessoa.

É a partir daí que se pode compreender o estigma que as pessoas negras da África, da América e de todo o mundo carregam, porque ser negro/a tornou-se sinônimo de escravo/a (que ganha um significado novo, que é ausência de humanidade). Mesmo com a abolição da escravização, a pessoa negra continua carregando o estigma de não humana ou de um ser humano manco, com ausência de algo.

A transformação do escravizado em negro

Segundo Prado (1972) – autor que junto com outros intelectuais brasileiros buscou interpretar o Brasil – o escravismo foi uma instituição que organizou a vida social brasileira durante o período colonial, no qual as relações sociais eram pautadas por uma hierarquia em que seus atores eram basicamente senhores e escravizados. Houve, ali, uma essencialização do senhor como alguém branco e do escravizado como alguém negro.

Com o fim da escravização, foi necessário que as elites brasileiras elaborassem outros mecanismos para fazer com que as relações sociais continuassem a ser pautadas pela hierarquia. Como as pessoas negras não tinham mais o status de escravizadas, mas de cidadãs, e a escravização fora uma forma visível e sólida de impor lugares sociais, foram elaborados outros mecanismos, menos explícitos, de demarcar lugares sociais hierarquicamente. Há estudos que demonstram que a profissão de professor primário era masculina. Então, como mecanismo de desarticular o acesso das pessoas negras ao magistério, a profissão

passou por um processo de feminilização, pois até formarem-se professoras negras, levaria muito tempo. (DÁVILA, 2006)

Mas o elemento crucial para transplantar a hierarquia da escravização para a sociedade de não escravizados foi o uso da cor da pele e de textura de cabelo para demarcar lugares sociais. E isso foi feito de forma bem sutil, não muito perceptível num primeiro olhar. Somente se percebe esses mecanismos, quem passa muito tempo os observando. Essa é a característica mais marcante da sofisticação do racismo brasileiro, porque se consegue ser racista e racializar as relações sociais sem que se diga uma única palavra. Gestos, olhares, e outros mecanismos operaram todos os dias como códigos sociais nas relações sociais no Brasil.

IANNI (1962) diz que “o escravo tornou-se o negro” e esta palavra traz consigo toda a carga do estigma que trazia a do escravizado: subestimado, minimizado, criminalizado, animalizado/desumanizado e considerado como incapaz ao trabalho intelectual, propenso às mazelas sociais, desprovido de propriedade privada. É como se a pessoa negra fosse sinônimo de escravizada, de inferior socialmente, nas relações sociais. Daí, com o fim da escravização é como se a pessoa negra trouxesse, da construção social feita sobre elas, na cor da pele, no tipo de cabelo o peso deste estigma.

É interessante perceber que a mídia é também um dos veículos de reprodução do racismo no Brasil. Nas telenovelas, nos filmes, muitas vezes as pessoas negras são representadas como não protagonistas da história, alguém que precisará sempre de ajuda de alguém para fazer algo e com não muito inteligente, porque a ciência é branca e tecnologia não combina com pessoas negras.

A mídia brasileira e o racismo

A teledramaturgia também foi um dos mecanismos de racializar as relações sociais no Brasil. Araújo (2000), em sua tese de doutorado (que depois se tornou um documentário e um livro) faz uma análise da representação das pessoas negras nas telenovelas, no período de 1963 a 1997. Ele evidencia bem a forma como as pessoas negras aparecem nas telenovelas como não protagonista, criminosas ou criminalizadas, e dificilmente existe a família negra completa (pai, mãe e filhos); normalmente o personagem é órfão, ou simplesmente os membros da família não

existem, sobretudo a mulher que normalmente não é a esposa, mas a mãe solteira ou a empregada que nunca se relaciona com ninguém de forma efetiva e pública.

A Mídia tem o papel importante de manter a população informada do que acontece no dia a dia e ela tem nas mãos uma ferramenta que tem o poder de formar opinião. A forma como ela veicula um assunto pode tanto criar um herói, um exemplo de ser humano, quanto pode criar um réu, criminoso. O que faz com que a mídia aja dessa ou daquela forma é a maneira como ela veicula a informação. E a parcialidade ou a imparcialidade fazem com que a ela tome uma dessas posturas.

No que toca o racismo a mídia brasileira contribui, na maioria das vezes, para maximizá-lo, criminalizando as pessoas negras, e em outros casos, contribui para a não discussão deste problema da sociedade brasileira. No dia 28 de agosto deste ano, o goleiro do time do Santos, conhecido como “Aranha”, foi chamado de macaco em rede nacional pela torcedora do Grêmio, Patrícia Moreira (e outros torcedores), que parecia estar inconformada com o fato do seu time perder de 2x0 para o Santos (MATOS, 2014). A imagem apareceu várias vezes na televisão e nas redes sociais. A torcedora, racista teve a casa apedrejada e, perdeu o emprego.

Paulatinamente, a partir do andamento do julgamento da torcedora por injúria racial, ela foi passando de ré à vítima. A mídia que falava de alguém racista, passou a anunciar que ela queria pedir desculpas e que o jogador não queira perdoá-la, ou teria demorado para fazê-lo. No programa da Fátima Bernardes a torcedora esteve presente e ela foi tida como o Bode expiatório do racismo brasileiro, sendo o racismo colocado como um problema dela e não da sociedade brasileira.

A forma como esse caso de racismo foi veiculado nos leva a concluir que o Brasil não quer ou não está preparado para discutir o assunto de forma que não se discute o racismo enquanto um problema da sociedade brasileira, uma visão de mundo que está incutida na cabeça de todas as pessoas, brancas e negras. Assim, o racista ou a racista é uma pessoa e não a população brasileira como um todo. Dessa forma percebe-se que o discurso da mídia está permeado pelo mito da democracia racial, ao buscar desarticular a discussão com a ideia de que existe uma harmonia racial no Brasil e que o racismo é o problema de alguns/as poucos e poucas brasileiros/as.

Embora os meios de comunicação, assim como todos os aspectos da vida social, estejam tomados por valores e ideias racistas é possível torna-los

importantes ferramentas de contestação destes aspectos, uma vez que, por atingir grande parcela da população e por possuir grande influência social, são formadores de opinião através dos conteúdos veiculados. Talvez o maior problema que envolva a mídia em geral seja reforçar os estereótipos que envolvem a população negra, em seus variados conteúdos.

Com relação ao conteúdo jornalístico é possível relatar vários casos em que esses estereótipos deturparam a realidade dos fatos, e a forma como a informação foi veiculada corroborou para a criminalização da população negra. Para ilustrar tal situação é possível citar os chamados “rolezinhos”, que de simples passeios no shopping, protagonizados por jovens da periferia, de maioria negra, em 2013, tornaram-se sinônimos de desordem e não símbolos de contestação e ocupação de espaços sociais (GELEDÉS, 2014).

Outro exemplo, seria o lugar ocupado pelas pessoas negras nas telenovelas e séries, sendo sempre retratados/as em situação de pobreza, moradores de comunidades, como empregados subalternos, domésticas, babás, seguranças, motoristas e nunca em posições de poder.

Portanto, para ser mais condizente com a realidade, é necessário primeiramente questionar todo tipo de estereótipo que envolve a população negra, apresentado pelos meios de comunicação, seja em seu conteúdo jornalístico, através da criminalização das pessoas negras, seja nas telenovelas e programas de auditório onde as pessoas negras ocupam sempre lugares subalternos.

De todas as instituições a escola está dentre aquelas em que o racismo é ensinado e reproduzido de forma mais efetiva. Isso porque é a segunda instituição pelas quais as pessoas passam e que acompanham as pessoas por pelo menos 11 anos, desde os 5 ou 7 anos.

2 AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS E A PRESENÇA DAS PESSOAS NEGRAS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

2.1 PERCEBER-SE NEGRA/O NO ESPAÇO ESCOLAR E ACADÊMICO

O espaço escolar é sempre um desafio para estudantes negras e negros no Brasil, pois conscientemente ou não, ela ou ele são alunos/as negros/as. Da mesma forma, no cotidiano, são o homem negro, a funcionária negra, o cliente negro, a professora negra. Pois quando se diz: o homem, a mulher, a estudante, o funcionário, imagina-se uma pessoa branca – a branquidade normativa da sociedade brasileira interiorizada no processo de socialização.

A experiência de estudantes negras e negros na escola é muitas vezes marcada por um sentimento de não pertencimento, que gera uma sensação de deslocamento no espaço escolar. Isso porque esse sentimento da parte de outros/as alunos/as é bem presente, embora a criança negra não saiba ainda explicá-lo.

A forma como o sistema escola foi e é organizado faz com que o sentimento de não lugar de estudantes negras/os seja fixado. Os livros didáticos são um exemplo disso. Neles, as pessoas negras são representadas sempre em posição inferior ou como não protagonistas da história (alguns livros vêm sendo reformulados). A forma como eles didáticos foram elaborados também foi um dos elementos de enraizamento das racialização das relações raciais.

Na universidade, com mais maturidade o sentimento de não lugar e de inferioridade no espaço de ensino fica mais entendível. As situações de racismo explícito que acontecem na universidade ajudam a evidenciar ainda mais a forma como alunos/as negros./as e brancos/as são percebidos/as e tratados/as no espaço de ensino.

Algo que é perceptível no espaço acadêmico e escolar, segundo relatos, é que o/a aluno/a negro/a é percebido/a como aquele/a que sempre precisa de ajuda, que aprenderá, mas com muita dificuldade. Quando um/a aluno/a negro/a faz uma atividade com um/a aluno/a branco/a, isso não é explícito, mas fica no ar a ideia de que a maior parte dos méritos fica para o/a aluno/a branco/as como se ambos não tivessem trabalhado do e forma igual. Já houve casos de alunos/as negro/as dizerem que fizeram um trabalho muito bom e a professora perguntar se foi ele/a mesmo que fez o trabalho, porque estava muito bom. Ou também casos em que

alunos/as negros/as foram hiper parabenizados por fazerem algo que se faz na universidade, com certa frequência como receber parabéns com muitos elogios por sabe falar um idioma, estar no mestrado ou no doutorado.

Essa discussão é muito pouco feita na sociedade brasileira, embora não seja recente. Na universidade, por exemplo, tal discussão só acontece através de pequenos espaços como nos Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEABs). Bem recentemente, outros espaços de discussão estão surgindo na universidade para discutir relações raciais, como semanas acadêmicas dos cursos de graduação, sobretudo, de ciências humanas, mas tal discussão ainda é bem restrita, ainda mais em sala de aula, onde muito raramente a discussão acontece, mas isso também é bem recente.

2.2 A NÃO INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS NEGRAS SOCIEDADE BRASILEIRA

Os estudos que Florestan Fernandes, sociólogo da escola Paulista, realizou sobre relações étnico-raciais foram importantes para colocar em cheque o mito da democracia racial. Tais estudos feitos por ele e outros intelectuais como Roger Bastide, evidenciara a realidade de violência extrema e exclusão social, que imperava na cidade de São Paulo, e que impedia a população negra de acessar o principal meio de subsistência na perspectiva de uma sociedade, o trabalho assalariado que possibilita uma ascensão sociocultural dos indivíduos.

A pesquisa feita por ele resultou na obra *Integração do negro na sociedade de classes* (1964) e revelou o preconceito racial que acontecia de maneira velada e ao mesmo tempo explícita no contexto dessa capital. O autor percebeu que a integração das pessoas negras na sociedade paulistana não se dava de maneira igual à de outros grupos étnicos, em especial ao grupo branco, no caso os imigrantes europeus.

Florestan Fernandes acreditava que as pessoas negras não conseguiam adentrar a sociedade de classes e ascender socialmente por conta do preconceito racial, pois não conseguiam igualdade na seleção de emprego ao competir com uma pessoa branca. Para ele isso se deve à estrutura social conservadora e ainda patriarcal, mesmo que já se entendesse o sistema capitalista com perspectiva liberal. Contudo, mantinham-se as estruturas de desigualdade social e racial. Por tanto, a teoria florestaniana diferencia-se das outras teorias, pois trouxe uma

perspectiva prática que afeta a vida real das pessoas e constatou a desigualdade de tratamento. Mas essa não inclusão social das pessoas negras na sociedade brasileira fica evidente de forma bem explícita, não apenas no mercado de trabalho, mas também no sistema de ensino superior, mecanismo de acesso a melhores cargos no mercado de trabalho. Daí a luta desencadeada pelo movimento negro visando cobrar das autoridades, políticas públicas para inserir as pessoas negras no ensino superior e ao mesmo tempo, falar sobre sua história, no ensino básico e fundamental.

2.3 A LEI 10639/03, UMA CONQUISTA DO MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO

A segunda metade do século XX é caracterizada no Brasil e no mundo, por um período de conquistas das minorias étnicas excluídas. Dentre essas conquistas pode-se citar, a conquista dos direitos civis e de políticas afirmativas nos Estados Unidos nos anos 1950 e 1960, bem como o processo de independência dos países da África e da Ásia. No Brasil, as conquistas mais significativas aconteceram no começo do século XXI, mas como resultado de lutas empreendidas no século XX: a conquista das políticas afirmativas nas universidades – as cotas raciais, nas escolas – a lei 10639/03 e em alguns estados, cotas raciais em concursos públicos.

Um acontecimento do final do segundo quartel da primeira metade do século XX que acredita-se ter impulsionado parte desse olhar a nível internacional, para a condição subalterna das minorias étnicas foi o holocausto, o assassinato, a “escravização” e a expropriação da dignidade humana de forma maciça dos judeus na Europa, enquanto etnia considerada inferior. Essa barbárie causou um grande constrangimento entre os europeus, uma vez que eles se diziam racionais, civilizados e superiores etnicamente. O que é interessante observar é enquanto o genocídio, a escravização, a tortura aconteciam nas colônias europeias (fora do território europeu), não havia incômodo na Europa. A partir do momento em que esse genocídio e escravização acontecem dentro da Europa, ela acorda para essa situação. Segundo Césaire no Discurso sobre o colonialismo, “o holocausto nos permite (...) apreender que a sociedade capitalista, no seu estado atual, é incapaz de fundar o direito das pessoas... (CÉSAIRE, 1955, p. 17-19; tradução minha)

Para ele, não é somente o fato de se estar cometendo as barbáries, antes cometidas nas colônias, dentro de casa, mas é sobretudo o fato de se estar

cometendo-as com brancos europeus, porque os judeus tinham ascendência e cultura judaica, mas eram cidadãos europeus e brancos(ou branqueados).

O constrangimento internacional foi tão grande nesse ato de agressão de uma minoria étnica, que países europeus, junto com os Estados Unidos (que já partilhavam esse eurocentrismo e que também excluía as minorias étnicas, os negros, de seu país), buscaram a partir de instituições criadas logo após a Segunda Guerra Mundial - que visavam manter a paz internacional e o diálogo - promover e financiar pesquisas acerca dos direitos das minorias étnicas. A UNESCO, por exemplo, que é uma extensão da ONU, promoveu diversas pesquisas a partir dos anos 1940, sobre a discussão da situação das pessoas negras na América Latina, “encabeçados” por grupos desfavorecidos da sociedade, que buscavam e buscam o reconhecimento de seus direitos. O patrocínio da UNESCO aos estudos sobre relações raciais foi consideravelmente grande nos anos 1940 e 1950, nos países chamados periféricos, contribuindo para a problematização da questão racial.

Após as experiências traumatizantes do holocausto da Segunda Guerra Mundial, foi criada a UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, pelas Nações Unidas, uma agência de pesquisa, de caráter internacional que, em um momento de profunda crise da civilização ocidental, buscava estudar na periferia da sociedade capitalista, uma sociedade em que as experiências raciais se dessem com reduzida taxa de tensões e conflitos (uma sociedade “anti-nazista”). “A persistência do racismo, especialmente nos EUA e África do Sul, o surgimento da Guerra Fria e o processo de descolonização africana e asiática mantiveram a atualidade da questão racial.” (MAIO, 1999, pp. 142-143).

Uma vez que o esse massacre étnico acontecera nessas condições - “dentro de casa” e com brancos -, tal acontecimento contribuiu para colocar em pauta nesse período, discussões sobre os direitos das minorias. E elas foram, em grande parte, pautadas pelo reconhecimento dos direitos das minorias étnicas de todo o mundo – os judeus na Europa pós-guerra e nos Estados Unidos, os negros nos Estados Unidos, no Brasil e na África e os grupos étnicos das colônias asiáticas.

No Brasil, as conquistas foram tardias, mas há elementos que permitem compreender seu tardar. Dentre eles estão o mito da democracia racial e, segundo Andrews (1985, p. 54), “o caráter paternalista e autoritário das relações sociais e políticas brasileiras, que, mesmo durante a democracia, [tornaram] muito difícil

construir um movimento de massas autônomo e nacional” e, as ditaduras que houveram no país. Segundo ele a hierarquia racial brasileira trabalha para desarticular a mobilização política dos afro-brasileiros de diversas formas.

Só no final dos anos 1970 que o movimento negro conseguiu se reorganizar. Mais especificamente em 1978, quando foi criado o Movimento Negro Unificado (MNU), depois de um período de desarticulação começado desde o Governo Vargas, quando ele fechou o partido da Frente Negra Brasileira em 1937 (ANDREWS, 1985, p. 54; WADE, 2008, p. 123) e segue-se com a desarticulação velada durante a democracia e explícita durante a ditadura, quando era proibido falar de racismo, com risco de se ser exilado.

Enquanto nos Estados unidos as ações afirmativas foram estabelecidas em 1964, (LOPES, 2007, p.68) no Brasil, elas foram estabelecidas depois de mais de 20 anos de lutas do MNU e das diversas ramificações do movimento negro. Entre algumas articulações feitas visando esse fim tem-se a Marcha Zumbi, acontecida em 1995, a discussão sobre as cotas promovida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 1996, devido à cobrança do Movimento negro (ALMEIDA e SOUZA, 2013, p. 277) e as pressões feitas pelos Movimento negro no advento da implementação das cotas nas universidades públicas em 2004 .

Se no Ensino Superior o Movimento negro, através de pressão, conseguiu-se fazer com que o governo estabelecesse as cotas raciais nas universidades públicas, no ensino básico, foi conseguida uma grande vitória, o estabelecimento da lei 10639/03 em 2003. Em 9 de janeiro de 2003 ela é aprovada durante o governo do presidente Lula, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino da cultura e história afro-brasileira e africana nas escolas brasileiras. Essa lei visa que se trabalhe a cultura afro-brasileira e africana de uma forma positiva, desconstruindo a imagem de afro-descendentes brasileiros/os como “ex-escravos/os” e dos africanos/os como os grupos tribais que enfrentam a miséria e a fome, como vem sendo mostrado nos livros didáticos. O objetivo é mostrar que o afro-descendente tem um lugar na sociedade brasileira e que ele não é o ex-escravizado, mas um cidadão, com acesso a todos os direitos, riquezas e espaços de poder que o país oferece.

É bem louvável, a conquista do movimento negro quanto ao direito à educação que inclua a população negra enquanto sujeita de sua história, como produtora de conhecimento e não apenas enquanto instrumento de trabalho usado durante a escravização e/ou ex-escrava/os. Como bem lembra Ianni, (1962), após a

abolição da escravidão os estereótipos construídos sobre as pessoas negras escravas durante o período escravocrata, foram legados às pessoas negras livres, no imaginário e nas práticas sociais brasileiras. Mas mesmo com todas essas conquistas, há muito o que fazer, pois os mecanismos ideológicos construídos para legitimar a ideia de que as pessoas negras do Brasil e do mundo não são sujeitos de sua história - teorias raciais, eugenismo, ideologia do branqueamento - foram tão bem articuladas, sobretudo no século XIX e XX, que para desconstruí-los serão necessárias muitas discussões acadêmicas, muitos trabalhos de militância e um reestruturação da escola. Mas a implementação da lei 10639/03 é um grande avanço, embora não seja suficiente para essas transformações.

As ações afirmativas possibilitam a releitura e a reconstrução da história da população negra enquanto cidadãos e cidadãs autônomos/as, empoderados/as e com plenos direitos. E, deve-se ao movimento negro essas conquistas. Depois de décadas de reivindicações, ele conseguiu mostrar ao país o quão importante é o estudo da história e cultura afro-brasileira desde criança. Pois boa parte da população negra construiu e constrói a sua identidade a partir do modelo de branquidade normativa eurocêntrica. Nos livros didáticos as pessoas negras têm sido representadas como escravas vindas da África no período colonial ou então como descendentes de escravos e escravas. Segundo Nascimento:

O conteúdo da educação recebida por aquelas crianças negras que têm oportunidade de estudar representa outro aspecto da desigualdade racial anticonstitucional na esfera educacional [...] a civilização e a história dos povos africanos, dos quais descendem as crianças negras, estão ausentes do currículo escolar. A criança negra aprende apenas que seus avós foram escravos; as revoluções tecnológica e culturais africanas, sobretudo nos períodos anteriores à invasão e colonização europeia da África, são omitidas. Também se omite qualquer referência à história da heroica luta dos afro-brasileiros contra a escravidão e o racismo, tanto nos quilombos como através de outros meios de resistência. Comumente o negro é retratado de forma pejorativa nos textos escolares, o que resulta na criança negra em efeitos psicológicos negativos e amplamente documentados. O mesmo quadro tende a encorajar, na criança branca, um sentimento de superioridade em relação ao negro. (NASCIMENTO, 1993, p. 67)

A lei 10.639/03 foi aprovada em 2003, mas é importante não esquecer que já em 1983, 20 anos antes, Abdias do Nascimento, então Deputado Federal, apresentou o projeto de lei nº 1.332, assumindo as reivindicações do movimento negro sobre as necessidades de mudanças curriculares de ensino de história e cultura afro-brasileira. Se hoje a lei 10.639/03 é uma realidade, é importante não se

perder de vista que ela é resultado de décadas de luta para que viesse a ser aprovada, havendo um espaço de tempo de 20 anos entre a apresentação de um projeto de lei que tinha as mesmas pretensões e a aprovação da lei 10639/03. Mas a existência da lei não é suficiente, pois é necessária a preparação dos professores para lidar com essa temática tão delicada, bem como a fiscalização da sua aplicação. No entanto, dez anos se passaram e ela ainda é pouco aplicada pelos educadores.

Isso acontece porque no Brasil, tanto a educação Básica quanto a educação Superior estão impregnadas de um olhar eurocentrista, além de que tornou-se uma verdade que estudar é estudar a história do Ocidente e o conhecimento apenas aquele produzido pela Europa e, tempos depois, pelos Estados Unidos apenas. A possibilidade de tomar conhecimento de uma filosofia, história ou cultura africana, indiana, chinesa ou outra que não seja a ocidental é estranha aos intelectuais brasileiros. Assim, nessa perspectiva, tecnologia, civilização, racionalidade e ciência, passam a ser sinônimos de ocidentalidade (estão circunscritos geográfica e etnicamente), de algo construído por essa sociedade e nenhuma outra mais. E toda a produção de conhecimento existente antes dela foi omitida ou então distorcida, sendo chamada de pré-história. Talvez tenha sido a predominância desse pensamento no Brasil que fez com que as ideias presentes no projeto de Lei de Abdias do Nascimento demorassem tanto tempo para se tornarem uma realidade.

2.4 DESCONSTRUINDO A IDEOLOGIA DA INCAPACIDADE DAS PESSOAS NEGRAS

O fato de que a discussão que busca afirmar a autonomia do povo negro enquanto produtor de conhecimento não é tranquila, torna-se evidente no Brasil, na dificuldade de trazer essa discussão da história e cultura afro-brasileira e africana para dentro da sala de aula, conforme reza a lei 10639/03. Alguns professores não querem fazer tal discussão e os que querem, encontram barreiras na própria estrutura do sistema escolar para fazê-la.

No Brasil, a dificuldade de falar sobre a população negra nas escolas enquanto contribuição à formação da nação brasileira, fora do viés exótico/cultural é inviabilizada pelo mito da democracia racial e pela ideologia do branqueamento.

Como dito no capítulo I, no começo do século XX, o caminho que as elites brasileiras decidiram tomar para construir a nação não incluía as pessoas negras como protagonistas, mas como um elemento secundário que fora escravizado/a no passado e que no decorrer do século XX desapareceria no processo de miscigenação do país – tal é a ideologia do branqueamento. A ideia de democracia racial, disseminada nesse período e enraizada teoricamente com a obra Freyre, *Casa Grande e Senzala* (1933), também foi um artifício usado pra silenciar toda e qualquer discussão racial no Brasil, com a falsa ideia de que o problema racial no Brasil era algo que já estava resolvido no começo do século.

As barreiras encontradas pelas pessoas negras do Brasil para se colocarem e serem reconhecidas como autônomas na produção de história, cultura e conhecimento, etc., têm a mesma origem, é o lugar étnico de fala desses sujeitos. Elas que estiveram sujeitas, no século XIX e XX, a mecanismos construídos para silenciá-los, buscando em contrapartida supervalorizar o lugar étnico, geográfico e cultural de fala dos intelectuais europeus. Tais intelectuais, que faziam parte de um continente que estava em plena construção de sua identidade e buscavam construir uma narrativa para estabelecer a ideia de que tal região era produtora de conhecimento, histórico e cultural.

Então a questão não é ser negro africano, negro brasileiro, negro estado-unidense, ou negro europeu, mas é, antes de tudo, o fato de ser negro, pois eles foram as maiores vítimas da construção do etnocentrismo² europeu. Etnocentrismo esse com o qual a lei 10639/03 busca romper, propondo uma educação que resgate o status perdido da população negra enquanto ser de produção de história e conhecimento. Gilroy (2001, p. 40) ao falar da condição do negro na modernidade coloca essa construção histórica da perda de autonomia do negro como atributos que lhe pertencem, mas que foram negados pelo racismo moderno. Em *O Atlântico Negro* ele busca enfatizar o fato de que os negros são “agentes, pessoas com capacidades cognitivas e também com uma história intelectual” (GILROY, 2001, p. 40). Para ele, uma das atitudes intelectuais necessárias para alcançar a autonomia do negro enquanto sujeito de história é buscar escapar do essencialismo que faz com que o ele fique aprisionado nessa ilusão de que a sua etnia é a causa da sua suposta falta de autonomia histórica.

² Visão de mundo segundo a qual os valores de um grupo étnico são colocados como os mais importantes.

A luta traçada pelo movimento negro do Brasil em defesa do acesso de pessoas negras à universidade tem sua importância, mas antes de 2003, intelectuais negros e negras tiveram acesso não apenas ao ensino superior, mas também à pós graduação e algumas fizeram o doutorado fora do Brasil. A trajetória acadêmica desses intelectuais é nosso objeto de pesquisa.

3 NÚCLEOS DE RESISTÊNCIAS: A POSIÇÃO DE INTELLECTUAIS NEGROS E NEGRAS NA ACADEMIA BRASILEIRA.

3.1 BRASILEIRAS E BRASILEIROS E O DOUTORADO NA FRANÇA

Até os anos 1960 e 1970 o número de brasileiros/as nos programas de doutorado da França era pequeno. É nessas duas décadas que começou a aumentar o número de brasileiros/as que migraram para este país a fim de fazer seu doutorado.

Pode-se então colocar em evidência um conjunto de acontecimentos históricos e/ou sociais que se sucederam no Brasil e na França e nos ajudam a compreender o crescente aumento de estudantes brasileiros/as nas universidades francesas: 1) o exílio dos estudantes e professores durante a ditadura no Brasil; 2) o aumento dos cursos de mestrado e doutorado no Brasil, que criou a necessidade de aumentar o quadro de docentes com titulação de doutor para atender à demanda de professores para tais cursos; 3) o aumento dos acordos bilaterais entre o Brasil e a França na década de 1970 e nas que a sucederam bem como o aumento de bolsas de estudo; e, 4) A multiplicação das universidades na França depois do maio de 68, habilitadas a ter o curso de doutorado.

Com a ditadura militar, nos anos 1960, muitos intelectuais e ativistas foram obrigados a deixar o seu país e a se exilar em outra pátria. (SILVA, 2007 e CHIRIO, 2008). Desse contingente de exilados, faziam parte muitos estudantes e professores que vendo-se obrigados a deixar seu país foram para a França, um dos lugares que recebeu boa parte desses acadêmicos (ROLLAND, 2008, p. 186-187; TRINDADE, 2006, p. 300).

Outro acontecimento importante e que ajuda a pensar a ida de brasileiros/as (para estudar) na França é o crescimento da pós-graduação no Brasil, que na segunda metade do século XX começa a fazer parte da agenda do governo brasileiro no que concerne ao desenvolvimento do país. (MARTINS, 2005, p. 16)

Nos anos 1960/70, a pós-graduação no Brasil (mestrado e doutorado) aumentou consideravelmente. O governo brasileiro fez muitos investimentos nesse nível de estudos acadêmicos. Essas iniciativas do governo desencadearam a necessidade de se ter professores doutores no quadro dos programas de pós-graduação. Assim, muitos professores e estudantes brasileiros foram enviados para

outros países e boa parte para a França, para fazerem seus mestrados e doutorados. Essa ida de estudantes brasileiros ao exterior para buscar sua formação na pós-graduação continuou nas décadas que se seguiram.

A ampliação da pós-graduação no Brasil, somada aos investimentos tanto do governo brasileiro, quanto vindos do exterior, gerou a necessidade de se “fabricar professores” para dar aula nos programas de mestrado de doutorado do Brasil. Então, os professores saíam para outros países a fim de fazerem mestrado e doutorado; e uma parte considerável ia estudar na França.

3.2 INTELECTUAIS NEGRAS E NEGROS E SUA FORMAÇÃO DOUTORAL

Todos esses investimentos na educação superior, com ampliação e/ou criação de pós-graduações e apoio financeiro para formação no exterior, ampliaram bastante as possibilidades de uma formação diversa do/as intelectuais do Brasil. Porém, a população negra, mais uma vez, não foi diretamente contemplada e ficou de fora dessa política educacional. Bem se sabe que as/os estudantes negras/os eram minoria nas universidades, nos anos 1990, sabe-se também, que sem uma política afirmativa sobre intercâmbio (como não havia ainda a política afirmativa para o acesso à graduação), essa ida de pesquisadores negros e negras ficaria inviabilizada. Mas houve alguns poucos e poucas intelectuais negras/os que, apesar do pouco acesso desses/as estudantes negros/as, conseguiram acessar a pós-graduação no exterior, especificamente na França, que é o foco na nossa análise.

Analisamos aqui a trajetória de uma pesquisadora negra e um pesquisador negro que no começo dos anos 1990, conseguiram fazer o doutorado na França³. A proposta inicial era analisar a trajetória intelectual de pesquisadoras/as negras/os que fizeram o doutorado na França no período de 1990 a 2000, mas por uma questão de disponibilidade de tempo e acesso às/aos intelectuais decidimos analisar apenas a trajetórias deste e desta intelectual negra que fizeram o doutorado na França nos anos 1990. Tais intelectuais são a Maria de Lourdes Siqueira e Luiz Alberto Gonçalves.

³ Escolhi analisar a trajetória de intelectuais que estudaram neste país porque é para ele que iam estudar, grande parte dos intelectuais e das intelectuais brasileiras.

A trajetória acadêmica de Maria de Lourdes Siqueira doutora em etnologia

Maria de Lourdes Siqueira, “Lourdinha Siqueira”, possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão (1964). Ela tornou-se especialista em Comunidades Latino-Americanas, pelas Nações Unidas e Centro Regional de Educação (1967). Em 1986 concluiu o mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E em 1992 concluiu o doutorado em Antropologia Social e Etnologia pela *École des Hautes Etudes en Sciences Sociales*, intitulado ***Ago ago lonan “terreiros de candomblé” à Bahia : mythes, rites et organisation***, sob a orientação de Maurice Godelier. Em 1998 Maria de Lourdes conclui o pós-doutorado pela University of London School of Orient and African Studies. e concluiu outro pós-doutorado pela University of South Africa em 2000 (PLATAFORMA LATTES).

Atualmente Maria de Lourdes é professora aposentada da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e faz parte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Ela tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia das Populações Afro-brasileiras (PLATAFORMA LATTES, 2015). Maria de Lourdes Siqueira é militante e doutora em Antropologia do Negro e uma das diretoras do bloco Afro Ilê Aiyê, do Carnaval de Salvador.

. Ao retornar à Bahia do exílio político, na década de 1970, Maria de Lourdes Siqueira, teve que se submeter ao alisamento de seus cabelos para conseguir seu primeiro emprego. Para ela, “Havia desrespeito a outro padrão de beleza. Diferença é riqueza e não inferioridade. O discurso dizia que a gente ia melhorar se tentasse ficar igual. Hoje não é politicamente correto ser racista, mas ainda há muito sentimento guardado. Depois desse episódio, cabelo liso só na carteira antiga de identidade”, conta Lourdinha em entrevista ao Jornal *A Tarde*, de Salvador. Lourdinha é autora de vários livros, como: “Intelectualidade Negra e Pesquisa Científica” (2006), “The family as a source of values and spirituality” (2004), “Agô, Agô Lonan: mitos, ritos e organização de Terreiros de Candomblé na Bahia” (1998) e “Os Orixás na vida dos que neles acreditam” (1995), dentre outros. (GELEDÉS)

A trajetória acadêmica de Luís Alberto Oliveira Gonçalves doutor em Sociologia

Luiz Alberto Gonçalves é professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Faculdade de Educação, Departamento de Ciências Aplicadas a Educação; Ele tornou-se mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1985 e concluiu o doutorado em Sociologia pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, em 1994, com o título ***Le mouvement noir au Brésil: représentation sociale et action historique***, sob a orientação Alain Touraine. Em 2006 ele concluiu um pós-doutorado pela Universidade de São Paulo. (PLATAFORMA LATTES). Luís Alberto é também Técnico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e Membro do comitê técnico do Programa Bolsa da Fundação Carlos Chagas. Ele tem experiência na área de Educação, com ênfase em Fundamentos da Educação e atua principalmente nas temáticas, Movimento negro e racismo.

3.3 CONSTATAÇÕES A PARTIR DA ANÁLISE

Analisar a biografia de ambos/as intelectuais negros/as deixa evidente que ela e ele tiveram como temática no doutorado, a questão das relações **étnico-raciais** no Brasil. A Maria de Lourdes a partir da temática de caráter religioso trabalhou forças simbólicas que religam as pessoas a partir as práticas religiosas aos ancestrais africanos. Já Luís Alberto pesquisou o movimento negro, rememorando a história de luta das pessoas negras no Brasil a través da militância. Essa constatação diz respeito, não somente a Maria de Lourdes Siqueira e Luís Alberto Gonçalves. Constatou-se que a grande maioria dos intelectuais negros/as que foram fazer o doutorado na França tiveram o Brasil como tema e estudaram a questão étnico-racial.

Como bem se sabe, o objeto é uma construção do pesquisador ou da pesquisadora, a partir da necessidade que o objeto apresente de ser estudado e dos interesses de quem pesquisa. Para Bourdieu (1994) ao escolher o objeto a ser analisado, é importante ter em mente o fato de que este possua influência direta na sociedade, e por isso ele merece rigor ao ser elaborado. Dessa forma, o conhecimento científico nunca é politicamente isento. “À medida que a ciência

progride, e progride sua divulgação, os sociólogos devem esperar encontrar cada vez mais frequentemente, realizada em seu objeto, a ciência social do passado.” (BOURDIEU, 1994. p.16). Se um/a intelectual negro/a está vivendo num contexto de engajamento político com as questões étnico-raciais, é de se esperar que escolha como objeto de pesquisa, a temática das relações étnico-raciais. Pois suas escolhas acadêmicas não estarão dissociadas de sua via política e de suas convicções.

Outra constatação é que ao voltarem para o Brasil, tornaram-se professores nas universidades e se engajaram academicamente ou em outras instituições, nas discussão das relações étnico-raciais e já tinham ou iniciaram uma trajetória em movimentos sociais ou culturais sobre a questão racial. O conhecimento científico nunca é politicamente isento (BOURDIEU, 1994) e as motivações em continuar a pesquisar questões étnico-raciais vêm de preocupações políticas do/a pesquisador.

Luís Alberto Oliveira Gonçalves não só tornou-se um professor que discute a necessidade de falar de história da África e história de negros e negras no Brasil, como também é um dos membros do movimento negro unificado e, nessa trajetória acadêmica e de movimento social, coloca em questão, o pouco acesso de pessoas negras na educação, diminuindo sua igualdade de oportunidade. Entre seus estudos estão: *Gênero e raça no desenvolvimento do Brasil (2007)*, *Movimento Negro e Educação (2000)*, *Poder, Cultura e Negritude (1999)*, *Movimento Negro: Construção de Atores Sóciopolíticos (1998)*, *Reflexões sobre a Particularidade Racial na Escola (1987)*, *Le Mouvement Noir au Brésil (1997)*, *Associativismo Negro e Educação em Belo Horizonte entre 1950 e 1960 (2012)*, *O Negro e a Educação no Brasil (2011)*, *Preconceitos. Estereótipos e Resistências do dia a dia. (2006)*, *Raça e Política Pública de Formação Profissional (2005)*, *Raça e educação nas pesquisas da Fundação Carlos Chagas. Uma história para contar(2004)*, *Ações Afirmativas no Brasil (2004)*, *Negros e Educação no Brasil (2000)*.

Maria de Lourdes Siqueira também, tornou-se uma acadêmica que discute as relações étnico-raciais e assumiu cargo institucional que tratam da questão étnico-raciais no Brasil na SEPPIR e é uma das diretoras do bloco Afro Ilê Aiyê. Entre seus estudos sobre relações étnico-raciais estão: *Le candomblé? une Religion d'Origine Africaine au Brésil (2014)*, *A Transcendência da Religiosidade Afro-Brasileira. O Ilê Axé Jitolu e o Bloco Afro Ilê Aiyê (2008)*, *Moçambique (2005)*, *A rota dos tambores do Maranhão (2003)*, *Terreiros e Reparações (2002)*, *África Ventre Fértil do Mundo (2001)*, *Terra de Quilombo (2000)*, *A dimensão religiosa do Ilê Aiye*

(1997), *Educação, Cultura e Identidade: projeto de educação do Ilê Aiyê* (1997), *A Produção do Carnaval e suas Exportações* (1996), *Iyami, Iya Agbas: Dinâmica da Espiritualidade Feminina em Templos Afros-Baiano* (1996), *Os principais reinos da Civilização Bantu Cadernos de Educação do Ilê Aiyê*, v. 2, p. 1, 1996, *A cultura do Ilê Aiyê: uma nação africana chamada Bahia* (1995), *Organizações religiosas: núcleos tradicionais de resistência religiosa no Brasil* (1995), *Racismo no Brasil* (1995), *Influência e permanência feminina na religiosidade Afro-brasileira* (1995), *Agô, Agô Lonan: mitos, ritos e organização em Terreiros de Candomblé na Bahia* (1994), *Raça, Etnia e Gênero. Quando falam as Iyabás* (1993).

Algo que também ficou evidente com esta análise é que é difícil encontrar a biografia e a trajetória intelectual e de militância dos pesquisadores/as negros/as no Brasil. Isso torna evidente a necessidade de se realizar mais pesquisas intensas e entrevistas afim de escrever sobre a trajetória de intelectuais negros e negras. No máximo, o que se encontra é a enumeração da formação acadêmica na plataforma Lattes. Assim, há muito o que escrever acerca da história da intelectualidade negra brasileira, pois é necessário que a história do protagonismo negro no Brasil necessita de constante documentação para que se possa construir uma narrativa da ação intelectual e militante negra no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante este trabalho de pesquisa busquei identificar e analisar a trajetória acadêmica de intelectuais negros/as, antes da adoção das ações afirmativas no Brasil. Foram analisadas a trajetórias de dois intelectuais negros/as, com informações adquiridas através da plataforma Lattes.

O objetivo inicial era, a partir da análise, identificar quem eram esses/as intelectuais negros/as e a partir daí, tecer interrogações acerca de como conseguiram acessar a graduação e a pós-graduação, dado que no período em que estudaram, não havia políticas afirmativas. Mas no decorrer da especialização, decidimos analisar a trajetória de dois intelectuais apenas. Isso, devido à pouca disponibilidade de tempo, bem como também, ao fato de não haver textos sobre a trajetória de intelectuais negros/as.

Assim, o que constatamos é que além do que já foi falado acima (não haver textos sobre trajetórias de intelectuais negros/as), é que tais intelectuais após acessar a graduação e o mestrado, fizeram o doutorado fora do Brasil (ambos na França), defenderam teses sobre relações étnico raciais no Brasil e, ao retornarem, tornaram-se intelectuais que continuaram a trabalhar com a temática e se engajaram em movimentos sociais e culturais que tratam da valorização e defesa da cultura negra no Brasil.

REFERÊNCIAS

- Acordo encerra ação contra a torcedora que xingou Aranha. **Veja Abril**. 24 nov. 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/acordo-encerra-acao-contra-a-torcedora-que-xingou-aranha>>. Acesso em: 12 dez. 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **Lições da aula**. São Paulo: Ática, 1994.
- MATOS, Aline. O que bonecas negras, o caso Goleiro Aranha, a vitimização de Patrícia Moreira e “o papel da mulher na sociedade moderna” tem em comum. Esboço de uma reflexão. **Geledés** 29 set. 2014. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/o-que-bonecas-negras-o-caso-goleiro-aranha-vitimizacao-de-patricia-moreira-e-o-papel-da-mulher-na-sociedade-moderna-tem-em-comum-esboco-de-uma-reflexao/#gs.elaNrKQ>>. Acesso em: 14 jul. de 2015.
- ALMEIDA, Virítiana Aparecida de; SOUZA, Nelson Rosário de. Trajetória dos argumentos sobre as ações afirmativas: da Marcha Zumbi dos palmares à conferência de Durban. **Sociologias Plurais**, v1n2, _artigo14, ago 2013. pp. 271-290. Disponível em: <http://www.sociologiasplurais.ufpr.br/v1n2_artigo14.pdf>. Acesso em 12 de agosto de 2013.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras. 2008.
- ANDREWS, George Reid. O negro no Brasil e nos Estados Unidos. **Lua nova: Revista de Cultura e Política**, vol.2 no.1 São Paulo June 1985. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451985000200013>. Acesso em 21 de março de 2013.
- Aranha é chamado de 'macaco' por torcida do Grêmio. **Espn Uol**. 28 Ago. 2014. Disponível em: <http://espn.uol.com.br/noticia/436034_aranha-e-chamado-de-macaco-por-torcida-do-gremio>. Acesso em: 12 dez. 2014.
- ARAÚJO, Joel Zito. A Negação do Brasil - O Negro nas Telenovelas Brasileiras. **Youtube**. 2000. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jJFCEpc7aZM&list=PLIZ9Dyq1zKSpZhKAvbk3Pa-UxD9FoQ3Vw>>. Acesso em: 31 de maio de 2014.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Revista LOLA**, Press nº 16, novembro de 2001.
- Casa de torcedora do Grêmio é alvo de incêndio criminoso. **Veja Abril**. 12 set. 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/casa-de-torcedora-gremista-e-alvo-de-incendio-criminoso>>. Acesso em: 12 dez. 2014.
- CÉSAIRE, Aimé. **Le discours sur le colonialisme**. Paris: Présence Africaine, 1955.

CHIRIO, Maud. Les exilés brésiliens et la police française. In : ROLLAND , Denis e DOS SANTOS, Idelette Mizart-Fonseca (dir.) **L'Exile Brésilien en France histoire et imaginaire**, Paris, l'Harmattan, 2008.

COUTO, Mia. Nas águas do tempo. In: COUTO, Mia, **Estórias ben sonhadas**: contos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil (1917-1945). Trad. Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2006. 400p.

Escritor gremista critica Aranha por ter demorado a perdoar torcedora. **Sporte Tv Globo**. 08 set. 2014. Disponível em: <<http://sportv.globo.com/site/programas/Extra-ordinarios/noticia/2014/09/escritor-gremista-critica-aranha-por-nao-ter-perdoado-torcedora.html>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**, 48ª edição. São Paulo: Global Editora, 2003.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro** : Modernidade e dupla consciência (Cid Knipel Moreira). São Paulo: Editora 34, 2001 (Cid Knipel Moreira)

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Trad. Maria Celia Paoli, Ana Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

IANNI, Octávio. **As metamorfoses do escravo**: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1962.

Jovens fazem 'rolezinho' no Shopping Barra. **Geledés** 2 fev. 2014. Disponível em: <<http://arquivo.geledes.org.br/racismo-preconceito/23071-jovens-fazem-rolezinho-no-shopping-barra>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

FOÉ, Knolo. África em diálogo, África em autoquestionamento: universalismo ou provincialismo? “Acomodação de Atlanta” ou iniciativa histórica? (Trad.: Roberto Jardim da Silva). **Educação em Revista**, vol. 47, nº1 jan./mar. 2013. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/issue/current/showToc>>. Acesso em: 29 de maio de 2014.

LOPES, Vânia Penha. **Raça, classe e ação afirmativa nos EUA e no Brasil**. In: Interseções 9 (1), p. 67-88, julho de 2007. Rio de Janeiro HP Comunicações UERJ NAPE.

MAIO, Marcos Chor, O projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de ciências sociais**, São Paulo, Vol. 14 nº 41, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091999000300009&script=sci_arttext>. Acesso em: 13 maio, 2012.

Maria de Lourdes Siqueira. **Arquivo Geledés**. Disponível em: <http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questao-racial/299-equidade-racial-no-nordeste>>. Acesso em: 15 set. 2015.

MARTINS, Carlos Benedito. Notas Sobre a Formação do Sistema Nacional de Pós-graduação. In: **Para onde vai a pós-graduação em ciências sociais no Brasil**/ Carlos Benedito Martins (Org.). Bauru. São Paulo : Edusc, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional Versus Identidade Negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, E. L.; Org. **A África na Escola brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1993.

NASCIMENTO, Lidiane Alves do; RAMOS, Marilúcia Mendes. **A memória dos velhos e a valorização da tradição na literatura africana: algumas leituras**. A cor da Cultura. 01 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.acordacultura.org.br/artigos/01112013/a-memoria-dos-velhos-e-a-valorizacao-da-tradicao-na-literatura-africana-algumas-leituras>>. Acesso em: 23 de abril de 2014.

PAIXÃO, Marcelo. **A lenda da modernidade encantada: Por uma crítica ao pensamento social brasileiro sobre relações raciais e projeto de Estado-Nação**. Curitiba: EDITORA CRV, 2014.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Os exílios dos intelectuais brasileiros e chilenos na França, durante as ditaduras militares. **Nuevo Mundo Mundos Novos**. 07 de junho de 2007. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/5791>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2014.

TRINDADE, Héglio, Ciências Sociais: Instituições e Atores Estratégicos no Intercâmbio Franco-brasileiro, in: VVAA. **Diálogos entre e Brasil e França: Formação e Cooperação Acadêmica**. Recife: Massangana, 2006.

WADE, Peter. Población negra y la cuestión identitaria en América Latina. **Universitas humanística, Bogotá**, no.65 enero-junio de 2008 pp: 117-137 Issn 0120-4807. Disponível em: <http://www.javeriana.edu.co/Facultades/C_Sociales/universitas/65/wade.pdf>. Acesso em: 21 nov. de 2012.